

Lula apresenta medidas para enfrentar crise

Petista explica que conjunto de projetos de lei, decretos e avisos seria adotado por um governo da frente

VERA ROSA

O candidato do PT à Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, divulgou ontem oito medidas que um eventual governo da frente de esquerdas adotaria para enfrentar o impacto da crise financeira mundial. A apresentação foi feita como manda o figurino da administração pública: na lista estão quatro decretos, dois projetos de lei e dois avisos presidenciais. As duas propostas mais polêmicas são o controle do câmbio, para fiscalizar a saída de dólares do País, e a duplicação do valor real do salário mínimo até 2002.

No formato de aviso presidencial, um dos textos sustenta que o Banco Central faria o controle cambial temporário para "proteção das reservas". Foram apresentadas ainda, como decretos, propostas que criam o Programa Nacional de Emprego, restringem as importações de bens e serviços que competem em condições desiguais com os produzidos no Brasil – por meio de barreiras tarifárias –, instituem grupo de trabalho para acelerar a reforma agrária e determinam a adoção imediata de uma política de segurança alimentar e combate à fome.

As outras medidas sugeridas são a participação da sociedade na montagem do Orçamento, como ocorre em administrações do PT, e a prioridade de crédito para pequenos e médios produtores rurais. As idéias não são novas: algumas constam do programa de governo de Lula e outras foram citadas por ele há um mês, quando convocou um

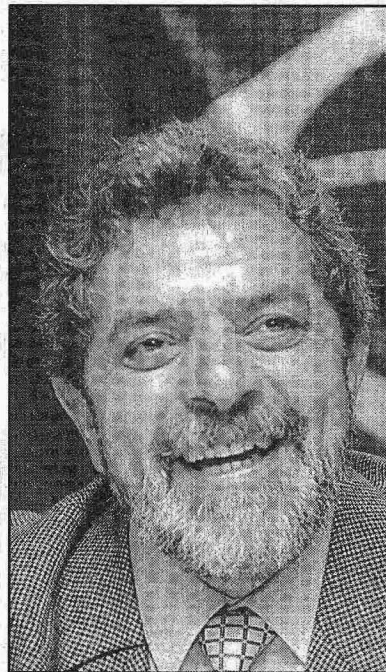
movimento em defesa da Nação, para combater os reflexos da crise. A novidade está apenas no formato institucional que ganharam, com a colaboração de economistas e integrantes do conselho político da campanha. A três dias da eleição, a divulgação desse pacote faz parte do esforço final da cúpula petista para mostrar Lula como um candidato preparado.

O comando da campanha avalia que as propostas servem de base para um novo modelo econômico e permitem a redução dos juros, a retomada do crescimento e do emprego e a distribuição de renda. "Não se trata de varinha mágica para resolver os problemas", afirmou Lula. "O que estamos propondo pode ser feito por qualquer governo, porque é para melhorar as condições de vida do povo brasileiro."

O presidente do PT, José Dirceu, destacou que a coligação de apoio a Lula defende uma mudança radical de rumo em relação ao governo de Fernando Henrique Cardoso. Para ele, "é evidente que há riscos, mas não maiores dos que aqueles que temos hoje."

Dobrar o salário mínimo em quatro anos, no diagnóstico de Lula, é uma questão de justiça social, além de "um pedido de desculpas" aos trabalhadores. "Se o mínimo fosse recalculado pelo que valia em 1939, estaria em mais de R\$ 1,1 mil", argumentou.

O economista Guido Mantega (PT) garantiu que a elevação do mínimo, no cenário previsto, não afetaria o déficit público nem o caixa da Previdência. Motivo: com o controle do câmbio, haveria redução dos juros, aumento da produção, do emprego e, em consequência, da receita da Previdência. Mantega disse que o controle cambial duraria "até o mercado se acalmar e recuperar a confiança na economia".



Lula: projeto de dobrar o mínimo



FHC: preocupação com déficit



CONTROLE DO
CÂMBIO É UMA
DAS PROPOSTAS
MAIS POLÊMICAS